



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO
DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO, LICENCIAMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Licença de Instalação nº 002/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL TRÊS LAGOAS/MS por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2.298, de 18 de novembro de 2008, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 187, de 12 de dezembro de 2016 e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2016, firmado entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e o Município de Três Lagoas, EXPEDE a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO, que autoriza **EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.SANESUL**, CNPJ: 03.982.931/0001-20, a implantar empreendimento cuja atividade é **ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO – EEE**, em Lote de terreno sob o nº 01 da Quadra 08 do Loteamento das Hortências, conforme Matrícula 54.258, fl. 01, livro 02, CRI de Três Lagoas, município de Três Lagoas, sujeitando-se às condicionantes constantes no verso deste instrumento.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 03 (três) anos da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento.

Três Lagoas/MS, 05 de abril de 2019.


TONIEL CARLOS FERNANDES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio

Processo Nº 021/2019

Bacia Hidrográfica: Paraná
Área a ser Ocupada: 8,11 m²

Corpo Receptor: Não há
Área Total do Lote: 300,00 m²

Condicionantes Específicas

1. Esta Licença refere-se à Renovação da Licença de Instalação nº 016/2017 emitida pelo IMASUL/MS.
2. Esta Licença autoriza a implantação de ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO, denominada QUEIROZINHO, com vazão de 11,12 L/s, que atende a rede coletora de esgoto do Bairro Vila Maria e destinará o esgoto à Estação de Tratamento de Esgoto Jupia.
3. Para início da operação deverá ser obtida a devida Licença Ambiental de Operação.
4. Assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos.
5. Durante a execução das obras deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos, e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de modo a garantir a não contaminação do solo e dos recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos;
6. Os sons e ruídos produzidos no empreendimento durante a execução das obras deverão atender os limites no Art. 10 da Lei Municipal nº 2.418, de 23 de dezembro de 2009;
7. Qualquer alteração no projeto, diversificação da atividade, alteração na capacidade e/ou no sistema de Controle Ambiental, deverá ser previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio;
8. Realizar a umidificação do canteiro de obras, vias de acesso e material de aterro sempre que observado a ocorrência excessiva de poeiras.
9. Os tanques, calhas e poço deverão ser dotados de tampas que permitam o perfeito fechamento e vedação de forma a evitar a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança.
10. Deverá ser implantada cerca viva no entorno do empreendimento de forma a diminuir o impacto paisagístico e evitar a dispersão de maus odores pelo vento.
11. Os resíduos de construção deverão ser segregados dos demais resíduos e ter como destino o aterro de resíduos de construção civil conhecido como Buracão do Jupia, situado à Rua Egídio Thomé, lote 16, Distrito Industrial I. Os resíduos comuns deverão ser disponibilizados para coleta pública em sacos plásticos amarrados;

Condicionantes Gerais

1. Esta Licença não autoriza o funcionamento da atividade. Para tanto deverá ser obtida a competente Licença de Operação;
2. Esta Licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento para fins de fiscalização;
3. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais e municipais;
4. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
5. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com normas legais, exigir melhorias ou alterações na operacionalização da empresa;
6. Qualquer alteração da Titularidade e/ou Razão Social deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio;
7. Qualquer alteração, ampliação ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio ou órgão ambiental competente.
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa ou cancelada, sem prejuízo da adoção de outras medidas punitivas administrativas e judiciais quando houver:
 - i. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - ii. Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - iii. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

